

NO TRÁFICO DE PESSOAS

PGR preocupada com envolvimento de médicos tradicionais

Notícias, Política, 18.06.2021, Pág. 09, ed. nº 31.328



PGR preocupada com envolvimento de médicos tradicionais no tráfico de pessoas

A PROCURADORIA-Geral da República (PGR) manifesta-se preocupada com o envolvimento de médicos tradicionais no tráfico de pessoas, órgãos e partes do corpo humano.

Segundo a Procuradora-Geral Adjunta, Amábélia Chuquela, no ano passado a PGR registou seis casos contra oito em 2019, dos quais dois por tráfico de pessoas, incluindo um por exploração laboral e outro por exploração sexual, ocorridos na província de Cabo Delgado e cidade de Maputo. Os restantes casos são referentes ao tráfico de órgãos humanos ocorridos nas províncias do Niassa,

Nampula, Zambézia e Tete.

“O registo de tráfico de pessoas com a finalidade de retirada de órgãos para servir o obscurantismo é uma realidade no nosso país. Médicos tradicionais são os principais utilizadores de órgãos humanos e há muita gente a enriquecer à custa deste negócio ilícito”, disse Chuquela, quarta-feira, em Maputo, durante a apresentação do relatório intitulado “Estudo Comparativo Sobre o Tráfico de Pessoas e Órgãos Humanos em Moçambique”.

Entre as vítimas dos traficantes, segundo Chuquela, constam pessoas com albinismo. Muitos albinos continuam a ser alvo de perse-

guição e mortes bárbaras por indivíduos que acreditam que poções ou amuletos produzidos a partir de partes do corpo de pessoas que sofrem de albinismo (olhos, cabelos, órgãos genitais) têm poderes mágicos e dão sorte.

Para estancar este mal, a fonte disse que a PGR está a trabalhar com vista a uniformizar a legislação interna com o quadro jurídico-legal internacional, incluindo o da região da África Austral.

Chuquela citou como exemplo a recente aprovação pela Assembleia da República (AR), do novo Código Penal, instrumento legislativo que passa a criminalizar os vários ilícitos relacionados como o

tráfico de pessoas, passando deste modo a estar em consonância com os vários instrumentos ratificados por Moçambique.

“Foi aprovado recentemente o novo Código Penal que incorpora a definição de tráfico de pessoas mais consentânea com o Protocolo de Palermo, e a convenção das Nações Unidas contra criminalidade organizada transnacional, relativa à prevenção, repressão e punição de tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças, afirmou.

A PGR também criou grupos de referência para a proteção da criança e combate ao tráfico de pessoas. Em 2020 alargou o campo de actuação destes grupos multissetoriais para trabalharem na prevenção e combate ao contrabando de imigrantes, tendo em conta que esta prática está associada ao tráfico de pessoas e de órgãos humanos.

A magistrada reconhece que o tráfico de pessoas continua a ser um desafio para as autoridades moçambicanas devido ao uso de técnicas cada vez mais sofisticadas, facto que exige das autoridades aplicação de medidas mais coercivas.

Participaram do evento o Arcebispo da Cidade de Maputo, Dom Francisco Chimoio; Director da Universidade Católica de Moçambique (UCM)-Maputo, Padre Virgílio Arimateia; antropólogos e pesquisadores, entre outros convidados. - (AIM)